



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona Cívica
Administrativa – CEP: 70.150-900
Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM

Ajuda-Memória – 44ª Reunião Ordinária

DATA: 06/11/2012

LOCAL: Auditório da Secretaria de Políticas para as Mulheres – Brasília/DF

Participantes:

- Lourdes Maria Bandeira – SPM;
- Vera Soares – SPM;
- Aparecida Gonçalves – SPM;
- Magaly Correia Marques - Casa Civil;
- Vera Lucia de Oliveira – MAPA;
- Thaís Werneck – MinC;
- Coronel Rodrigo Martins Prates – Defesa;
- Tereza Cristina de Moraes Rodrigues – Defesa;
- Daiane de Oliveira Lopes – MEC;
- Célia Regina de Souza – Min. Comunicações;
- Maria Goretti de Couto Gomes – MME;
- Elizane Veloso Costa Guedes – MME;
- Teresa Sacchet – MDS;
- Izabella Marques – Ministério do Esporte;
- Antônio da Silva Samir Ribeiro – MMA;
- Maria do Rosário Cardoso – MP;
- Eloá França Magalhães – MP;
- Leonor da Costa – MTE;
- Adriana Santos Rosa – MTE;
- Ester Baltazar Alvim – MTE;
- Joyce Del Frari Coutinho – SECOM/PR;
- Tassiana Carvalho – SDH/PR;

- Ângela Nascimento – SEPPIR/PR;
- Samantha Peçanha da Silva – SEPPIR/PR;
- Gleidy Braga Ribeiro – SNJ/SG/PR;
- Joana Santos – SNJ/SG/PR;
- Rodrigo Santos Nogueira – BB;
- Maurício Messias – BB;
- Leia Bezerra do Vale – FUNAI;
- Natália de G. Fontoura – IPEA;
- Elizabeth Marins – IPEA;
- Lucia Helena Afonso Rincón – CNDM;
- Silvana do Amaral Veríssimo – CNDM;
- Mariana Mazzini Marcondes – SPM;
- Le-Lyne Nunes Czezczko – SPM;
- Renata Preturlan – SPM;
- Camila Firmino Rocha – SPM;
- Leila Giandoni Ollaik – SPM;
- Valéria Vieira de Moraes – SPM.

A Secretária Executiva da SPM **Lourdes Bandeira** deu as boas vindas às/aos participantes presentes. Iniciou a sessão com alguns informes. Informou que o decreto de nomeação da nova composição do comitê está quase pronto. Ele demorou a ser encaminhado pois faltavam indicações sobre a concordância em compor o Comitê e de representantes de alguns ministérios. Assim que o Decreto for publicado, as/os representantes no Comitê serão informados; e posteriormente será emitida uma Portaria nomeando os membros do Comitê na sua nova e expandida formação.

A secretária também informou que o PNPM está consolidado. Na última reunião (43ª reunião, ocorrida em 11 de setembro), foi aberta a fase final do ciclo de pactuações, que haviam começado em agosto e terminaram nesta reunião. Todas as demandas e reivindicações consideradas realizáveis e possíveis foram incorporadas no PNPM. O que não foi possível de ser incorporado - por falta de possibilidades reais de implementação, falta de acordo sobre o interesse mútuo ou por pendências em comunicação entre os órgãos envolvidos – ficará fora do PNPM, pois nesta reunião encerram-se as complementações e alterações ao texto do PNPM. Existe um grande conjunto de sugestões, mudanças, novas pactuações, que as secretárias detalharam em seguida aos informes.

A Secretária Executiva agradeceu aos membros do Comitê, que em seus respectivos ministérios ajudaram a abrir caminhos para conversas que foram muito proveitosas para

consolidação do plano. Houve ministérios que se dispuseram a rever todo o plano, não só os capítulos que lhe diziam respeito, em especial o Ministério da Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos, e que trouxeram contribuições importantes. O CNDM também encaminhou mudanças e sugestões. Com isso, a equipe de assessoria da Secretaria Executiva (composta pelas servidoras Leila, Camila e Carolina) finalizou o PNPM; a secretária fez um agradecimento especial a elas. A SPM está na fase final de revisão, diagramação, padronização de linguagem. Assim que isso for concluído, o PNPM será encaminhado para impressão. O arte da capa está sendo feita pela Assessoria de Comunicação da SPM e o PNPM será encaminhado para a Casa Civil junto com o decreto para publicação. A intenção da Ministra Eleonora Menicucci é de que o plano seja lançado ainda no início de dezembro de 2012.

Em seguida, **Mariana Mazzini (Observatório / SPM)** fez um informe a respeito do Relatório Anual Sócio Econômico da Mulher - RASEAM. Criado por lei em 2010, o RASEAM consistirá de um relatório que divulgará anualmente um diagnóstico sobre a realidade da mulher em diversas dimensões. Foi instituído um grupo de trabalho (IBGE, IPEA, OIT, ONU Mulheres e DIEESE) que irá elaborar proposta para o relatório. Além de subsidiar a participação social, o RASEAM poderá subsidiar atuação de gestores. Por isso, serão feitos informes a respeito do RASEAM nas reuniões do comitê. Haverá nos próximos meses a publicação de decreto de regulamentação da lei do RASEAM. Os ministérios que têm bases de dados poderão ser chamados para fornecer informações - tanto para fornecer pesquisas realizadas ou bases de dados administrativos.

A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** ressaltou a importância do informe dado por Mariana, pois o preenchimento do SigSPM traz as informações de cada ministério. A RASEAM e o SigSPM trarão informações complementares. Em seguida, a Secretária ressaltou ainda que todas as memórias das reuniões já realizadas do comitê foram publicadas no sítio da SPM na internet, disponibilizando a todos/as a memória da SPM e do PNPM. A Secretária questionou a respeito da publicação da memória da reunião anterior, se havia reparos a serem feitos no documento encaminhado. O Coronel **Rodrigo Prates (Min. Defesa)** indicou alguns ajustes a serem feitos, e entregou documento por escrito à assessoria da Secretaria Executiva. O Coronel também apresentou sua colega do

Ministério da Defesa, que será suplente no Comitê, Tereza Cristina de Moraes Rodrigues, da Divisão de Assistência Social do Ministério.

Tendo em vista a chegada de novos membros ao Comitê, procedeu-se a uma rodada de apresentação dos presentes.

A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** informou que na atual gestão os seguintes ministérios foram incorporados ao Comitê: Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR), Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério do Esporte (ME), Ministério de Relações Exteriores (MRE), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério do Turismo (MTur), Ministério da Defesa (MD), Ministério das Comunicações (MC), Banco do Brasil (BB), Ministério da Integração Nacional (MI), e Ministério da Previdência Social (MPS). A Secretária ressaltou a importância da participação do Banco do Brasil, que trouxe hoje suas propostas de contribuição ao PNPM, que foram incorporadas. Disse ainda que a SPM está preparando uma atividade surpresa, no dia 20 de novembro, em homenagem às mulheres negras, que será anunciada pela Ministra Eleonora Menicucci. A Secretária ressaltou ainda a importância da criação de mecanismos de gênero nos ministérios que ainda não os têm, especialmente os que se integraram recentemente no Comitê. O mecanismo – seja em forma de assessoria, comitê permanente, assessoria – permite desagregar e especificar as políticas para as mulheres, sobretudo do ponto de vista do orçamento.

Em 2010, foi feito um seminário em que os ministérios que já tinham mecanismos de gênero expuseram suas experiências. A SPM pretende fazer outro seminário parecido, com duração de um dia, aproximando os ministérios que já têm mecanismos de gênero com os que ainda não têm, a ser realizado no primeiro semestre do ano que vem.

A Secretária informou que não seria feita uma nova apresentação do PNPM durante a reunião, tendo em vista que ele foi encaminhado anteriormente por e-mail. A SPM receberá comentários somente até o final do dia de hoje. Em seguida, as secretárias apresentaram como se deram as pactuações, destacando o que foi relevante e o que se consolidou.

A **Secretária Vera Soares (SAIAT/SPM)** afirmou que a pactuação com os demais ministérios foi um trabalho bastante interessante, que contou com o apoio da diretora da SAIAT Rosângela Rigo e das coordenadoras da SAIAT. Fez algumas observações sobre

pontos mais relevantes. Com relação à Seppir, foi pactuada a realização de reuniões sistemáticas para definir a agenda comum. Também se pactuou com a SNJ a partir de ações já previstas, especialmente na formação de mulheres jovens. Com o MEC, a SPM tem trabalho cotidiano com a SECADI, em várias iniciativas que estão em andamento. Restavam outros temas em intersecção com SAAE/SPM (creches e capacitação profissional). Após as conversas, restou uma pauta bastante interessante além do que já é feito, que se foca em formação de professores e gestores da rede de ensino. É necessário manter as discussões sobre essa pauta. Foi retomada também a questão dos núcleos de gênero nos institutos de educação. A SPM apresentará ao MEC uma proposta de diretrizes de gênero para o ministério. Além da pauta cotidiana, portanto (como o programa Mulher e Ciência), foram abertas outras pautas de trabalho. Com a SDH, também houve discussões férteis. A SDH leu todo o plano e realizou articulações com todas as áreas envolvidas. No Ministério da Saúde, a pactuação foi coordenada pelo secretário nacional, além de articulações prévias com assessores e representantes do comitê. Apresentaram também outras ações complementando as ações propostas, que são de responsabilidade estrita do MS. Embora não sejam ações que envolvam a SPM diretamente, o MS quis colocar ações e se ver espelhado no PNPM, contando com o apoio da SPM. Isso significa que a SPM estará monitorando a ampliação do programa com relação à saúde. O carro chefe do capítulo é a saúde integral da mulher, mas as ações são muito diversas. Com o Ministério da Cultura, foram iniciadas algumas ações, pois não havia um histórico de atuação conjunta com a SPM. A pactuação abriu possibilidades enormes e novas ações, que agora deverão ter seguimento. O MinC se mostrou bastante aberto. Com a FUNAI, algumas sugestões foram incorporadas, e será necessário definir medidas de agora em diante. Com o Ministério das Comunicações, houve algumas negociações. Há uma demanda importante, que se apresentou na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com relação ao marco regulatório das comunicações. Agora será necessário encaminhar esses temas. Com o Ministério do Planejamento, foi discutida a questão da força de trabalho no executivo, especialmente no que se refere à ocupação de cargos DAS. O IPEA trouxe, para divulgação nesta reunião, estudo elaborado sobre a temática, que servirá de ferramenta de trabalho para o que será desenvolvido junto ao Ministério do Planejamento.

Em seguida, a **Secretária Cida Gonçalves (SNEV/SPM)** relatou o processo de pactuação do capítulo 4, do tema do enfrentamento à violência contra as mulheres. Afirmou que o processo foi relativamente simples, pois já havia uma série de acordos firmados no processo de repactuação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O processo de pactuação do PNPM, em sua maioria, foi, portanto, uma reafirmação do que está discutido e negociado no Pacto. Com alguns ministérios, foram feitas reuniões presenciais; com outros, foram obtidas confirmações por escrito de sua anuência. As pactuações envolveram o Ministério da Justiça: Depen, Senasp (questão das fronteiras e programa Mulheres da Paz), Secretaria Nacional de Justiça (tráfico de pessoas), Secretaria de Reforma do Judiciário (ampliação das promotorias e defensorias da mulher, Campanha Compromisso e Atitude), Polícia Federal (ampliação do disque 180), Funai. Com o Ministério da Previdência, houve acordo de cooperação assinado em 2012. Com o Ministério da Saúde, foram realizadas duas reuniões. Também há previsão de criação de um GT envolvendo Senasp (MJ), SPM, MS e SRJ (MJ) para cumprir a recomendação do TCU de elaboração de plano de expansão da rede de atendimento às mulheres em situação de violência. As ações de fortalecimento da rede entraram no plano. Com o MRE foi discutida a expansão do disque 180 e a atuação de consulados e embaixadas brasileiras no exterior no atendimento a mulheres em situação de violência. Com a SDH, foi firmada parceria entre os serviços do Disque 180 e o Disque 100, para encaminhamento de denúncias. Também foi discutido o tema da exploração sexual de meninas e adolescentes. Com o MDA e o Ministério das Comunicações, foram realizadas pactuações por escrito. Com o Ministério da Defesa, houve conversa entre o Ministro Celso Amorim e a Ministra Eleonora Menicucci com relação às tropas de paz brasileiras. Será assinado um acordo de cooperação entre SPM e o Ministério da Defesa para capacitação de profissionais que vão para missões de paz. Estas ações estão incluídas no PNPM. Com o MDS foi feita reunião e *workshop* para discutir a questão dos centros especializados de atendimento à mulher e a parceria entre MDS e SPM. O segundo *workshop* sobre o tema será realizado em dezembro, para permitir a implementação de algumas das ações do PNPM.

Em nome da Secretária Tatau Godinho, que não pôde comparecer à reunião, sua assessora **Valéria Vieira de Moraes (SAAE/SPM)** apresentou as pactuações conduzidas pela SAAE em torno dos capítulos 1, 6, 7 e 8 (este última, apenas sobre o tema esporte).

Foram feitas diversas reuniões e pactuações, que continuarão avançando durante a implementação do PNPM. Foram feitos vários avanços, como com o MDA, SDH, Seppir, MTE. A formulação das ações para o PNPM é um primeiro passo e ainda é necessário detalhar as formas de implementação e tornar perene esta conversa inicial. Como fruto das pactuações, foram feitas algumas modificações, como por exemplo a inclusão da questão das mulheres negras, e da criança e da adolescente. Valéria agradeceu a todos que receberam a SPM nos respectivos ministérios, apresentaram sugestões, enviaram contribuições minuciosas, que foram de grande valia.

Após as apresentações, a **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** fez outros informes. Com o PNPM, será lançada e disponibilizada na internet a revisão dos textos da 2ª e da 3ª Conferências de Políticas para as Mulheres, no sentido de concretizar a intenção de disponibilizar todo o material de história da SPM e do PNPM no sítio da SPM na internet. A SPM está revisando o documento final do Guia de Elaboração de Planos Municipais e Estaduais de Políticas para as Mulheres, que será distribuído no encontro de prefeitos no início de 2013. A SPM teve reunião ontem, com 27 prefeitos do Rio Grande do Sul, em que as secretárias expuseram nossas ações e políticas. Doze municípios, dos 27 presentes na reunião, já têm organismos de políticas para mulheres (secretaria municipal de políticas para mulheres, ou diretoria de gênero dentro de outra secretaria, ou algum outro organismo). Porém, dos 27 municípios, nenhum tinha convênio com a SPM. Ainda há desarticulação muito grande entre a base, o poder local, onde se efetivam as ações, e o nível federal. Existe um trabalho grande à frente de descentralização dos organismos, estadualização e municipalização. Somando-se aos esforços de se criar mecanismos de gênero nos ministérios do governo federal, a SPM vem desenvolvendo iniciativas para criação de organismos de gênero nos estados e municípios. Estamos fazendo revisão do texto final de orientações estratégicas para criação de mecanismos nos ministérios, e depois uma adaptação deste texto para apoio aos estados e municípios. Assim que concluídos, esses textos estarão disponíveis no sítio da SPM na internet.

Voltando aos informes, a **Secretária Executiva Lourdes Bandeira** informou que na semana passada realizou-se na Costa Rica a 34ª reunião da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) da Organização dos Estados Americanos - OEA. A SPM participou e chamou a atenção das delegadas que um grupo do Vaticano esteve presente na CIM.

Chamou atenção que o movimento social não estava presente, mas o Vaticano estava, além de ter pedido direito de fala (que não tinham) e ter exercido pressão o tempo todo contra alguns avanços que se esperavam da reunião. Na reunião anterior, em Quito (CEPAL, ONU), havia sido aprovada menção à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Quando a delegação brasileira levou o tema à CIM, o bispo do vaticano divulgou em seu sítio da internet que o Brasil estava apoiando o aborto, afirmando à representação do Brasil e de outros países que o Brasil estava apoiando o aborto, sendo que somente se falou em direitos sexuais e reprodutivos. Havia proposta de recuo muito grande, de um conservadorismo internacional articulado pelo Vaticano, que pretende participar das próximas conferências internacionais (inclusive Cairo +20), e essa discussão foi muito forte. Depois de muita discussão, o Brasil puxou a frente dessa questão e conseguiu assegurar que fosse garantido o acesso à saúde sexual e reprodutiva durante o ciclo de vida das mulheres e conforme as legislações nacionais, reconquistando países que haviam recuado, como Chile e Colômbia. Depois de dois dias de intensas negociações, conseguiu-se a aprovação por aclamação. Quem inicialmente se opôs foram os EUA, aliados ao Vaticano. Mas após um intervalo, os EUA aderiram à posição majoritária. Agora, temos a carta de São José da Costa Rica, em que se asseguram os direitos sexuais e reprodutivos, após proposta do Brasil. Depois disso, o padre levantou-se, leu um documento, pedindo que fosse anexado à carta e se retiraram da reunião. A presidenta da Comissão defendeu os direitos sexuais e reprodutivos com discurso contundente, contra a fala do Vaticano. A secretária disse que relatou este caso porque a onda de conservadorismo é muito grande. Se não há avanços, há que se assegurar o que a lei permite: vários direitos em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, inclusive no que diz respeito ao aborto. Não se podem permitir retrocessos. Há um conservadorismo que busca nos empurrar pra trás. Além disso, embora questões étnicas sejam consideradas, pois as populações indígenas são consideradas nas conferências regionais, ainda não se permite trazer para a agenda a questão racial, o que a delegação brasileira tentou fazer sem sucesso.

A representante **Magaly Correia Marques (Casa Civil)** informou que a mensagem presidencial está disponível no sítio da SECOM na internet. **Lúcia Rincón (CNDM)** parabenizou o trabalho de pactuação e a forma como está proposto o controle social. Solicitou ouvir mais sobre como está sendo pensado o controle social. A conselheira tem

conhecimento que quanto ao monitoramento há esforços para o fortalecimento do sistema de monitoramento SigSPM, sistema no qual todos os membros do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM informam as ações desenvolvidas; mas quer entender o que foi pensado para o controle social e sua articulação com CNDM. A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** informou que haveria explicação sobre a estratégia de monitoramento e o uso dos sistemas SIOP e SigSPM em um próximo ponto da reunião.

Leia Bezerra do Vale (Funai) reforçou como as reuniões de pactuação foram importantes. Foi feito esforço de olhar o plano como um todo, a Funai se colocou como parceira em várias ações que podem contemplar os povos indígenas com recorte de gênero, para contribuírem durante a implementação. Também com relação às ações em áreas de fronteira, que envolvem povos indígenas e que sofrem exploração sexual, tráfico e outros problemas, a Funai deseja atuar. Haverá parceria neste mês com a SNJ (seminário com cem jovens indígenas, incluindo recorte de gênero).

Ângela Nascimento (Seppir) ressaltou as observações de Leia afirmando que há áreas setoriais (MDS, MTE) em que a realidade das mulheres negras tem destaque negativo na realidade das mulheres. Temos no governo federal o compromisso firmado no Fórum de Direitos Humanos e Cidadania de reverter o quadro de pobreza e avançar para a igualdade em todos os níveis, e a igualdade racial é um compromisso de governo. A Seppir tem papel de indutora, mas a responsabilidade de fazer as mulheres negras terem condições de saltar de patamar é uma responsabilidade de todos. Os ministérios devem identificar de que forma podem contribuir, assegurar o recorte raça/cor, assim como a questão da juventude (pois mulheres jovens e negras ainda têm problemas no mercado de trabalho). A Seppir quer estimular que estas pactuações considerem alguns indicadores que precisamos trazer para o monitoramento, fortalecendo esse compromisso. Disse ainda sobre o lançamento com a SNJ do Plano “Juventude Viva” em Alagoas, onde uma das ações é um disque 138, que está sendo estruturado e será temporariamente abrigado na SDH. Foram feitas reuniões com SPM e SDH. Seppir gostaria de lançá-lo no dia 27 de novembro, junto com o lançamento do Plano. Em Alagoas, a Seppir informou que está com presença mais sistemática com representantes desses ministérios e verifica uma grande necessidade da juventude de ter essa forma de acolhimento. O 180 tem papel importante de receber denúncias e encaminhar as mulheres. A juventude também precisa desse serviço e estamos estruturando-o.

Joyce Coutinho (SECOM) ressaltou que haverá campanha de lançamento do programa este ano, necessária pois as estatísticas mostram que 77% dos jovens que morrem são negros. Haverá campanha forte na internet para proteção dos jovens, voltada a três públicos: jovens, mães e forças policiais.

Gleidy Braga (SNJ/SG) agradeceu as contribuições dos demais ministérios e afirmou que o espaço do Comitê também serve para estas articulações, entre seus membros. O PNPM avançou no reconhecimento das jovens mulheres, já há um diálogo e tivemos um reconhecimento maior neste plano. A política de juventude é recente, desde 2005 no governo federal, e estamos implementando novos projetos. A Juventude Viva é muito importante para SNJ; vamos começar a mobilização via redes de mobilização e redes sociais, com o observatório da juventude (participatório), que une produção de conhecimento e participação social.

A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** disse que não é à toa que a SPM reforça a política para a juventude. Como foi dito por Ângela e Joyce, a juventude negra enfrenta vários desafios: os homens estão morrendo e as moças negras estão cada vez mais presentes no tráfico e nas prisões. Temos uma concentração de questões de gênero e classe na população jovem negra. SPM, SNJ e Seppir precisam se unir, poderíamos nos unir ao BB, com algum sistema de bolsas, estágios, empreendedorismo, que contemplasse a juventude negra. Muitos destes jovens, homens e mulheres, perdem a vida por não ter tido nenhuma oportunidade. O relatório da Senasp evidencia esta situação. O BB, o MME e outros órgãos podem trazer contribuições nesse sentido, mesmo que algo pontual, para incorporação desses jovens de ambos os sexos.

Ângela Nascimento (Seppir) ressaltou que a juventude negra está movimentando milhões ou bilhões de reais da economia criativa nas Feiras Pretas (em SP, RS, RJ, BA). É um trabalho muito interessante, os EUA estão inclusive convidando esses jovens empreendedores para conversas. Estamos negociando com BNDES, CEF, Banco do Nordeste para identificar mecanismos de formação e crédito.

A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** iniciou a apresentação da estratégia de monitoramento do PNPM. Ressaltou que as representantes do Comitê precisam se cadastrar no SigSPM, para em janeiro poderem preencher o que foi feito das ações ali pactuadas. Afirmou ainda que as reuniões do Comitê em 2013 terão periodicidade

bimestral e que o calendário das seis reuniões de 2013 já está definido: 19 de fevereiro, 16 de abril, 10 de junho, 13 de agosto, 22 de outubro e 10 de dezembro.

Leila Ollaik (SPM) apresentou o sistema de monitoramento do PNPM, o SigSPM. Muitas das representantes do Comitê já conheciam o sistema; houve dois módulos, o primeiro de 2003 a 2007; e o segundo de 2008-2011. Foi aberto agora o módulo 2012-2015. Todas as informações foram reiniciadas no sistema, inclusive as de cadastro. Na pauta que as participantes receberam, há um link de acesso ao módulo. No novo módulo, há apenas três perfis: consulta, membro do comitê e secretaria executiva da SPM. É preciso que cada membro do comitê se cadastre, eleja as ações sob sua responsabilidade, defina as ações prioritárias, e informe o que está sendo feito para sua implementação. Ressaltou a importância do SigSPM, já que no PPA atual, 2012-2015, temos os objetivos, iniciativas e metas, mas não é possível fazer o acompanhamento das ações orçamentárias. É somente no SigSPM que será possível incluir o detalhamento das ações orçamentárias, ano a ano, o que deverá ser feito por cada membro do comitê, em relação a seu respectivo ministério, no preenchimento do monitoramento. Além do SigSPM, existe o SIOP, que monitora o PPA e tem a agenda temática de mulheres. Os preenchedores do SIOP foram indicados pelo Secretário Executivo de cada ministério. Se não tivéssemos o SigSPM, poderíamos usar o SIOP. Durante os seis primeiros meses de 2013, a SPM pretende manter os dois sistemas e avaliar se serão mantidos os dois ou só o SIOP. O preenchimento será semestral, tanto no SIOP como no SigSPM. Cada membro do comitê deverá preencher as ações orçamentárias referentes aos seus respectivos ministérios, com referência a 2012, em janeiro de 2013, para emitirmos o primeiro relatório antes da próxima reunião do Comitê.

Leonor Costa (MTE) lembrou que anteriormente a SPM orientava os ministérios a indicar suas prioridades, e questionou se neste módulo todas as ações serão preenchidas. A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** informou que é necessário preencher todas as ações pactuadas. Para as ações não concluídas, deve-se indicar os entraves que foram encontrados. Para as concluídas, preencher o valor liquidado e os resultados alcançados. Para ações “universais” (tanto para homens quanto para mulheres, sem recorte de gênero), poderá ser preenchida uma estimativa do percentual do orçamento que foi destinado às mulheres.

Leonor Costa (MTE) questionou se seria possível cadastrar outra preenchedora que não fosse representante no comitê, sendo esclarecido que somente as representantes têm senha e podem preencher. Terão senha as pessoas cujos nomes forem publicados na portaria que define a composição do comitê. **Natália Fontoura (IPEA)** questionou se haveria capacitação para novos membros do comitê. **Leila Ollaik (SPM)** esclareceu que há um guia de uso do sistema disponível dentro do próprio sistema (em documentos, item 12). Informou que o sistema está sendo aperfeiçoado e simplificado. Também se colocou à disposição para apoiar quem precisar de ajuda. Informou que todos os membros do comitê deverão solicitar cadastro. Em seguida, foi feita apresentação sobre os procedimentos de cadastro. **Antonia Samir (MMA)** ressaltou a importância de preencher com antecedência, pois é um processo complexo.

A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** informou que o sistema foi simplificado para facilitar o preenchimento e para assegurar que ele seja feito. **Leila Ollaik (SPM)** sugeriu que os ministérios verifiquem quem são os preenchedores do SIOP, para facilitar o preenchimento do SigSPM e uniformizar as fontes e a qualidade das informações.

Maria do Rosário (MP) informou que o SIOP será usado por todos os órgãos para monitoramento. O módulo do PPA registra os programas, há indicação dos preenchedores pelos ministros ou secretários executivos. Cada ministério é responsável por preencher seus objetivos, mesmo que haja metas de outros ministérios. Este PPA é transversal, de vários órgãos. O responsável pelo objetivo deve buscar junto ao responsável pela meta a informação para preencher. No SIOP não há ações orçamentárias, há outro módulo de execução financeira. O SIOP fará a vinculação com a parte orçamentária. O SIOP tem um módulo referente às agendas transversais, para acompanhamento da sociedade civil. Haverá reunião do Fórum Interconselhos, com membros da sociedade civil dos conselhos, com capacitação para monitoramento do orçamento. Serão apresentadas a metodologia de monitoramento e as agendas a serem monitoradas; entre elas, a agenda de políticas para as mulheres. O Fórum deverá acontecer duas vezes por ano, para colher as contribuições dos participantes com relação a ajustes, melhorias e inclusão de outras metas e objetivos que desejem monitorar. No próximo Fórum Interconselhos, já estará disponível o primeiro relatório de execução, que será apresentado à sociedade civil. O sistema já está em

funcionamento, as indicações de preenchimento já foi feita, mas há pouco preenchimento. Há preocupação com relação às agendas universais. Houve reunião com ministérios solicitando que eles preencham informações sobre os públicos específicos em suas ações universais. O MP está tentando pactuar as agendas. A primeira negociação será com MDS, MDA, MJ, MEC. Todos que têm metas em agendas transversais serão convidados a pactuar a qualidade da informação para o monitoramento.

A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** informou que há muitas ações transversais para mulheres. Por isso, é necessário padronizar linguagem e qualidade da informação, para que tenhamos informação de qualidade. Chamou a atenção também com relação ao controle social. Há no SigSPM e no SIOP o perfil de consulta, aberto a todos.

Maria do Rosário (MP) informou que há no SIOP o módulo de PPA e o módulo de orçamento, que serão vinculados, conforme compromisso da secretária da SOF com o movimento social.

Lúcia Rincón (CNDM) colocou que, de acordo com as exposições, o movimento social terá possibilidade de observação, de consulta. Mas questionou sobre sua possibilidade de intervenção. Afirmou que querem participar também propondo, contribuindo. Questionou as possibilidades de intervenção das ONGs de modo geral, não só aquelas que participam dos conselhos.

Maria do Rosário (MP) disse que todos os conselhos foram chamados a indicar representantes para participar do Fórum. Não soube dizer se outras organizações serão convidadas a participar, como houve em fóruns passados. Neste próximo fórum serão apresentadas a metodologia e as agendas que serão monitoradas. Haverá prazo para contribuições dos participantes sobre monitoramento. Na reunião seguinte, entregarão o relatório de execução, a partir da proposta de monitoramento.

A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** informou que, sendo essa a última reunião do Comitê em 2012, espera que na próxima reunião do Comitê, em fevereiro de 2013, todos os membros do Comitê já tenham preenchido o SigSPM referente a 2012.

Maria do Rosário (MP) questionou algumas das vinculações do PNPM do PPA a programas, pois haviam ficado muito amplas. O ideal é que fosse por meta e iniciativa. Há vinculações inadequadas. Após sugerir eliminar essa coluna (sugestão que não foi aceita), reforçou a necessidade de padronizar a coluna.

Joyce Coutinho (SECOM) lembrou o lançamento da Campanha publicitária Compromisso e Atitude, que entrará no ar dia 24 de novembro, por 15 dias. Em 2013, a secretaria completa dez anos. A SECOM sugere uma ampla mobilização na rede de parceiros, não só no governo, para comemorar a data. Pode-se elaborar um plano de mobilização. Está havendo discussão sobre temas que serão visibilizados na Copa do Mundo e na Copa das Confederações. Violência contra a mulher está perdendo espaço frente à questão das drogas. Representante do ME poderia acompanhar esse tema.

Lucia Rincón (CNDM) reforçou que a coluna do PPA é importantíssima. E, sobre o próximo fórum interconselhos quando serão apresentados o sistema e as agendas, questionou se já foram elencadas as prioridades nas agendas. **Maria do Rosário (MP)** respondeu que a agenda transversal surgiu assim. No ano passado, a metodologia do PPA estava mudando e alguns órgãos resistiam, temiam sobre como as ações apareceriam. No MP fizeram o exercício para mostrar como é possível encontrar políticas para determinados públicos em diversos programas, com a diminuição do número de programas. Foi para tentar convencer as pessoas de que o PPA, apesar da redução de programas, tornou muito mais visíveis as políticas públicas implementadas pelos diversos órgãos. Fizemos esse exercício de elaboração da agenda transversal e divulgamos no Fórum. Fizemos a atualização este ano com base na lei do PPA aprovada. A agenda transversal não faz priorização, identificamos as ações que estão vinculadas àquela agenda. Algumas conexões são diretas (como Programa 2016 e mulheres), outros estão diluídos em metas e iniciativas. A sociedade civil deve se apropriar desse instrumento das agendas e contribuir para sua melhoria.

A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** informou que a comemoração dos dez anos da SPM é muito importante e disse que a SPM já está pensando em ações. Disse que levará o tema da mobilização social para quem está pensando o tema. O PNPM tem 415 ações, o anterior tinha 399. Na primeira reunião de 2013, cada ministério trará suas ações prioritárias para 2013. Serão estabelecidas em conjunto (cerca de 70 a 80 ações por ministério). A SPM apoiará a execução das ações prioritárias indicadas pelos ministérios parceiros.

Rodrigo Prates (Defesa) ressaltou que o ingresso de mulheres nas Forças Armadas vem desde a 2ª Guerra Mundial. Informou que em novembro, pela primeira vez uma

mulher se tornará General. Disse que na reunião passada o Ministério da Defesa se colocou à disposição. No PNPM, o Ministério aparece somente em uma ação, como parceiro. A Secretária Aparecida mencionou outras quatro ações, que serão incluídas. Nas demais ações, se houver necessidade de se valer da capilaridade das Forças Armadas, o Ministério se coloca à disposição.

Não havendo mais observações com relação à memória da reunião anterior, a **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** a declarou aprovada.

Após sugestão de Teresa Sacchet (MDS), a **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** aceitou a proposta de realização de uma oficina de preenchimento do SigSPM, provavelmente na segunda quinzena de dezembro. Disse ainda que a SPM fica à disposição para apoiar no processo de preenchimento. Encerrando a reunião, agradeceu a presença de todos/as.